



## **MUNICÍPIO DO FUNCHAL**

### **PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA**

# **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS AFETOS AOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL**

### **CADERNO DE ENCARGOS**



## **Município do Funchal**

### **Parte I**

### **Cláusulas Jurídicas**

#### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

##### **Objeto**

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual por consulta prévia para a aquisição de serviços de manutenção e assistência técnica dos equipamentos afetos aos parques de estacionamento da Câmara Municipal do Funchal de acordo com o presente caderno de encargos e seus anexos.

2 – O objeto do contrato a celebrar está classificado com o Código de Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) **98351100-9, referente a Serviços de parques de estacionamento** de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 74, de 15 de março de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

#### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

##### **Contrato**

1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2- O contrato integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos, incluindo-se também o anexo I;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3- Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas a) a e) do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.



## **Município do Funchal**

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Prazo**

- 1 - O contrato terá início com a celebração do mesmo e mantém-se em vigor pelo prazo de **1080 (mil e oitenta) dias**, incluindo sábados, domingos e feriados, a contar da data da assinatura do contrato;
- 2 – Não há prorrogação do prazo de execução.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Obrigações principais do adjudicatário**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:

- a) Proceder à manutenção dos equipamentos afetos aos parques de estacionamento, indicados no Anexo I do presente Caderno de Encargos;
- b) Assegurar a assistência técnica sempre que se verificarem problemas de operacionalização dos equipamentos indicados no Anexo I do presente Caderno de Encargos;
- c) Proceder à alteração anual de tarifário, em caso de solicitação da entidade adjudicante;
- d) Assegurar a disponibilização de trabalhadores durante o período de execução do contrato;
- e) Obrigação de recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento de uma planificação necessária para a consecução dos trabalhos;
- f) Obrigação de fornecer à entidade adjudicante informações acerca dos trabalhos realizados com a indicação do dia e hora dos trabalhos efetuados.



## **Município do Funchal**

### **Cláusula 5ª**

#### **Área de atuação**

Os trabalhos serão inteiramente realizados nos parques de estacionamento afetos à Câmara Municipal do Funchal, designadamente:

- Parque de São João “2000”, localizado na Avenida Calouste Gulbenkian;
- Autossilo do Campo da Barca, localizado na Rua da Ribeira de João Gomes;
- Parque Severiano Ferraz, localizado no Largo Severiano Ferraz;
- Parque de estacionamento da Câmara Municipal do Funchal;

### **Cláusula 6ª**

#### **Seguros**

O adjudicatário obriga-se ao pagamento de qualquer despesa e/ou encargo inerente à boa prestação dos serviços objeto do contrato, nomeadamente os encargos legais referentes aos trabalhadores envolvidos, respetivos seguros de acidentes e de responsabilidade civil e outros.

### **Cláusula 7.ª**

#### **Obrigações principais do adjudicante**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a Câmara Municipal do Funchal as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de pagamento dos serviços prestados de acordo com as condições acordadas;
- b) Prestação da colaboração e informações necessárias para a adequada execução do contrato pelo adjudicatário;
- c) Informar o adjudicatário sempre que se verificar um inadequado funcionamento dos equipamentos indicados no Anexo I do presente Caderno de Encargos;
- d) Fiscalização no decurso dos trabalhos.

### **Cláusula 8.ª**

#### **Inspeção dos trabalhos**

Após a realização dos trabalhos, a entidade adjudicante procederá, no prazo máximo de 5 (cinco)



## **Município do Funchal**

**dias úteis**, à inspeção dos trabalhos, com vista a verificar, respetivamente, se os trabalhos foram adequadamente realizados.

### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

#### **Incoerências e discrepâncias**

1. No caso de a inspeção prevista na cláusula anterior não comprovar a fidedignidade dos trabalhos, a Câmara Municipal do Funchal deve informar, por escrito, o adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Câmara Municipal do Funchal à repetição dos trabalhos necessários de forma a garantir a sua fidedignidade.
3. Após a repetição dos trabalhos a efetuar pelo adjudicatário, no prazo respetivo, a Câmara Municipal do Funchal procede à realização de uma nova inspeção, nos termos da cláusula anterior.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

#### **Preço base**

- 1 – A Câmara Municipal do Funchal dispõe-se a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, nos termos do presente caderno de encargos, no máximo, o valor de **34.965,00 € (trinta e quatro mil e novecentos e sessenta e cinco euros)**, ao qual acresce IVA à taxa legal aplicável, não podendo o concorrente apresentar uma proposta de preço superior ao valor base sob pena de ser excluído.
- 3 - O preço base foi definido com base na consulta preliminar efetuada ao abrigo do n.º 1 do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

#### **Preço contratual**

- 1 — Pela prestação dos serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.



## **Município do Funchal**

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

3 – Durante a vigência do contrato não haverá lugar a revisão ou atualização do preço contratado.

### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

#### **Condições de pagamento**

1- As quantias devidas pelo Município do Funchal, são pagas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a receção da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da respetiva obrigação.

2- O preço a que se refere o n.º 1 da presente cláusula é dividido e pago do seguinte modo:

2.1. As faturas deverão ser emitidas, semestralmente, mediante emissão de requisição da entidade adjudicante.

2.1.2 1.<sup>a</sup> prestação, com a realização de manutenção e assistência técnica dos equipamentos afetos aos parques de estacionamento até 180 (cento e oitenta) dias após a data de assinatura de contrato: 20% do valor da proposta;

2.1.3 2.<sup>a</sup> prestação, com a realização de manutenção e assistência técnica dos equipamentos afetos aos parques de estacionamento até 360 (trezentos e sessenta) dias após a data de assinatura de contrato: 10% do valor da proposta;

2.1.4 3.<sup>a</sup> prestação, com a realização de manutenção e assistência técnica dos equipamentos afetos aos parques de estacionamento até 540 (quinhentos e quarenta) dias após a data de assinatura de contrato: 20% do valor da proposta;

2.1.5 4.<sup>a</sup> prestação, com a realização de manutenção e assistência técnica dos equipamentos afetos aos parques de estacionamento até 720 (setecentos e vinte) dias após a data de assinatura de contrato: 10% do valor da proposta;

2.1.6 5.<sup>a</sup> prestação, com a realização de manutenção e assistência técnica dos equipamentos afetos aos parques de estacionamento até 900 (novecentos) dias após a data de assinatura de contrato: 20% do valor da proposta;



## **Município do Funchal**

2.1.7 6.<sup>a</sup> prestação, com a realização de manutenção e assistência técnica dos equipamentos afetos aos parques de estacionamento até 1080 (mil e oitenta) dias após a data de assinatura de contrato: 20% do valor da proposta;

4- Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5- Não podem ser propostos adiantamentos.

6- Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

7 - O pagamento que ocorra em data posterior à estabelecida no n.º 1 da presente cláusula, determina o pagamento de juros moratórios pelo atraso no cumprimento da obrigação pecuniária.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **Penalidades contratuais**

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, quer sob a forma de mora, não cumprimento definitivo ou cumprimento defeituoso do contrato, o Município do Funchal pode exigir ao prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento sob a forma de mora dos prazos da realização da prestação de serviços, na proporção de 5% do preço contratual, nos termos do artigo 329.º n.º 1 e 2 do CCP.

b) Pelo cumprimento defeituoso da prestação de serviços nos exatos termos, requisitos e especificações técnicas fixados no Caderno de Encargos, que não seja eliminado no prazo de 10 dias, no valor de 5% do preço contratual, de acordo com o artigo 329.º n.º 1 e 2 do CCP.

c) Em caso de resolução do contrato por incumprimento definitivo do contrato imputável ao prestador de serviços, a entidade adjudicante, pode exigir uma pena pecuniária de 9% do preço contratual.

2 – O valor acumulado das sanções a que se refere o número anterior, não pode exceder 20% do preço contratual.



## **Município do Funchal**

3 – Nos casos em que seja atingido o limite fixado no número anterior, e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o limite é elevado para 30% do preço contratual.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5 - Para aplicação das sanções pecuniárias, o Município do Funchal deve alertar o prestador de serviços que existe uma situação de incumprimento, quer sob a forma de mora, quer sob a forma de cumprimento defeituoso.

6 - No caso de cumprimento defeituoso a entidade adjudicante deve exigir ao prestador de serviços que, no prazo de 10 dias úteis, os defeitos sejam eliminados e a execução do contrato seja exata e pontualmente cumprida.

7 – Os atos de aplicação de multas pela entidade adjudicante são definitivos e executórios.

8 – A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias aplicadas nos termos da presente Cláusula.

9 – O valor das sanções é descontado na fatura relativa ao período em que se deu o facto que originou a sua aplicação.

10 - As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

#### **Força maior**

1 — Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior,



## **Município do Funchal**

designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento.

### **Cláusula 15.º**

#### **Alterações ao contrato**

1- Qualquer alteração do contrato deve constar de documento escrito assinado por ambas as partes e produz efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

2- Quando devidamente fundamentado, o contrato pode ser modificado por:

- a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
- b) Decisão judicial ou arbitral;



## **Município do Funchal**

c) Razões de interesse público.

3- O contrato pode ser modificado com os seguintes fundamentos:

- a) Quando as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;
- b) Por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.

4 - A alteração do contrato não pode conduzir à modificação das prestações principais abrangidas pelo objeto do contrato ou aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

5 – Salvo quando a natureza duradoura do vínculo contratual e o decurso do tempo o justifiquem, a modificação só é permitida quando seja objetivamente demonstrável que a ordenação das propostas avaliadas no procedimento de formação do contrato não seria alterada se o caderno de encargos tivesse contemplado essa modificação.

### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

#### **Resolução por parte da entidade adjudicante**

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, o Município do Funchal pode resolver o contrato com base nos artigos 325.º, 334.º e 335.º do CCP, e/ou ainda a título sancionatório, caso o prestador de serviços viole de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações a que está adstrito, conforme previsto no artigo 333.º daquele diploma.

2 – Verificando-se uma situação de incumprimento por facto imputável ao prestador de serviços, considera-se haver incumprimento definitivo quando, após advertência e aplicação de sanção, este continue a incorrer em incumprimento.

### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

#### **Resolução por parte do prestador de serviços**

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato nas situações previstas no artigo 332.º do CCP, designadamente:



## **Município do Funchal**

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, quando a resolução não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do prestador de serviços ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;
- c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela entidade adjudicante por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;
- d) Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
- e) Incumprimento pela entidade adjudicante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

2 – No caso plasmado na alínea c) do número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a sua receção, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3 – Nos restantes casos previstos na lei, o direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

### **Cláusula 18.º**

#### **Confidencialidade e proteção de dados**

1. O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela entidade adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.



## **Município do Funchal**

2. Os dados pessoais a que o adjudicatário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas da entidade adjudicante.
3. A adjudicatária compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela entidade adjudicante.
4. No caso em que a adjudicatária seja autorizada pela entidade adjudicante a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
5. A adjudicatária obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP) e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a adjudicatária celebra com outras entidades por si subcontratadas.
6. A adjudicatária obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:
  - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
  - b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
  - c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
  - d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
  - e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda



## **Município do Funchal**

acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;

f) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7. A adjudicatária será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

8. Para efeitos do disposto no número anteriores da presente cláusula entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à adjudicatária, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a adjudicatária e o referido colaborador.

9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

10 – A entidade adjudicante compromete-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado na Lei de Proteção de Dados.

### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

#### **Subcontratação e Cessão da posição contratual**

A Subcontratação e a Cessão da posição contratual pela Adjudicatária, estão dependentes de autorização da Entidade Adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 20.º**

#### **Gestor do Contrato**

O gestor do contrato nos termos do artigo 290º-A do CCP é o José Augusto Baptista Vieira, afeto à Divisão de Mobilidade e Trânsito, com o contacto institucional [augusto.vieira@cm-funchal.pt](mailto:augusto.vieira@cm-funchal.pt).

### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

#### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do



## **Município do Funchal**

Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

#### **Contagem dos prazos**

Os prazos durante a execução do contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados.

### **Cláusula 23.<sup>o</sup>**

#### **Comunicações e notificações**

1 – Na fase de formação de contrato todas as comunicações entre a entidade adjudicante e os operadores económicos, interessados, concorrentes e adjudicatário são efetuadas por através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, disponível em [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

2 – Em sede de execução contratual, todas as comunicações entre o contraente público e o adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado para o domicílio ou sede de cada uma, identificados no contrato, por correio eletrónico ou fax.

3 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

#### **Legislação aplicável**

Em tudo o que for omissa no presente caderno de encargos devem aplicar-se as normas do Código dos Contratos Públicos, aprovado e publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e demais legislações avulsas.

### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

#### **Anexos**

Fazem parte integrante do presente caderno de encargos e para os devidos efeitos os seguintes elementos:

- a) Anexo I – Equipamentos Afetos aos Parques de Estacionamento da Câmara Municipal do Funchal.



## **Município do Funchal**

### **Parte II**

#### **Cláusulas Técnicas**

##### **Cláusula 26.<sup>a</sup>**

##### **Trabalhos a realizar**

É pretendido que a entidade adjudicatária assegure a manutenção e assistência técnica dos equipamentos de controlo de acessos dos parques de estacionamento afetos à Câmara Municipal do Funchal, nomeadamente Parque de São João “2000”, Autossilo do Campo da Barca, Parque Severiano Ferraz e Parque de estacionamento da Câmara Municipal do Funchal.

##### **Cláusula 27.<sup>a</sup>**

##### **Manutenção e verificação**

1. A manutenção deverá ser assegurada através de uma inspeção semestral, cujos resultados da avaliação deverão ser reportados à entidade adjudicante através de uma ficha que deverá conter o seguinte:
  - 1.1 Descrição das avarias e anomalias detetadas – causas e consequências, quando aplicável;
  - 1.2 Descrição das ações realizadas;
  - 1.3 Materiais e meios aplicados (designação, referência e quantidade);
  - 1.4 Resultado dos ensaios de verificação do funcionamento se aplicável;
  - 1.5 Valor da reparação, quando aplicável.

##### **Cláusula 28.<sup>a</sup>**

##### **Assistência técnica**

1. O adjudicatário obriga-se a proceder à assistência técnica de todos os equipamentos indicados no Anexo I do presente Caderno de Encargos;
2. O adjudicatário deverá efetuar a assistência técnica no prazo máximo de 12 horas.



## **Município do Funchal**

### **Cláusula 29.<sup>a</sup>**

#### **Gestão Financeira e Operacional**

- 1- O adjudicatário assumirá todos os custos de comunicação e de disponibilização, inerentes ao serviço de centralização de dados Parkfolio e ao das operações de pagamento automático das máquinas de pagamento não atendidas (TPAs/POS dos Parques), durante a vigência do presente contrato.
- 2- O adjudicatário obriga-se a disponibilizar acessos personalizados aos diversos sistemas de gestão do estacionamento usados pelos equipamentos instalados, sempre que estes forem solicitados pelo Município de Bragança.

### **Clausula 30.<sup>a</sup>**

#### **Verificação Metrológica Obrigatória Anual**

O adjudicatário efetuará as diligências necessárias para a verificação da conformidade legal dos equipamentos de acesso e controlo dos Parques de Estacionamento afetos à Câmara Municipal do Funchal, assumindo os respetivos custos e fazendo chegar atempadamente os correspondentes Certificados de Verificação.



## Município do Funchal

### Anexo I – Equipamentos Afetos aos Parques de Estacionamento da Câmara Municipal do Funchal

| Parque                                 | Equipamentos                                       | Quantidades                       |
|----------------------------------------|----------------------------------------------------|-----------------------------------|
| <b>PARQUE DE SÃO JOÃO –<br/>“2000”</b> | Estação de entrada                                 | 1                                 |
|                                        | Estação de saída                                   | 1                                 |
|                                        | Barreira automática com haste articulada - entrada | 2                                 |
|                                        | Barreira automática com haste articulada - Saída   | 1                                 |
|                                        | Caixa de pagamento automático                      | 1                                 |
|                                        | Caixa de pagamento manual (POS)                    | 1                                 |
|                                        | Central de Gestão                                  | 1                                 |
|                                        | Sinalização Vertical                               | 1                                 |
|                                        | Detetores e sensores de pavimento – “Loop”         | 3 conjuntos (2 entrada e 1 saída) |
|                                        | Bastidor                                           | 1                                 |
|                                        | Telefone                                           | 1                                 |
| <b>AUTOSSILO DO CAMPO DA<br/>BARCA</b> | Estação de entrada                                 | 1                                 |
|                                        | Estação de saída                                   | 1                                 |
|                                        | Barreira automática com haste articulada - Entrada | 1                                 |
|                                        | Barreira automática com haste articulada - Saída   | 1                                 |
|                                        | Caixa de pagamento automático                      | 1                                 |
|                                        | Sinalização Vertical                               | 1                                 |
|                                        | Validador de chipcoin                              | 1                                 |



## Município do Funchal

|                                |                                                    |                                   |
|--------------------------------|----------------------------------------------------|-----------------------------------|
|                                | Detetores e sensores de pavimento - "Loop"         | 2 Conjuntos (1 entrada e 1 saída) |
| <b>PARQUE SEVERIANO FERRAZ</b> | Estação de entrada                                 | 1                                 |
|                                | Estação de saída                                   | 1                                 |
|                                | Barreira automática com haste articulada - Entrada | 1                                 |
|                                | Barreira automática com haste articulada - Saída   | 1                                 |
|                                | Caixa de pagamento automático                      | 1                                 |
|                                | Caixa de pagamento manual (POS)                    | 1                                 |
|                                | Sinalização Vertical                               | 1                                 |
|                                | Detetores e sensores de pavimento - "Loop"         | 2 Conjuntos (2 entrada e 1 saída) |
| <b>PARQUE DA CMF – "SEDE"</b>  | Estação de entrada                                 | 1                                 |
|                                | Estação de saída                                   | 1                                 |
|                                | Barreira automática com haste articulada - Entrada | 1                                 |
|                                | Barreira automática com haste articulada - Saída   | 1                                 |
|                                | Controlo de acesso remoto - barreiras              | 1                                 |